



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

São José das Palmeiras, 30 de outubro de 2024.

Requerente: Sr.(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Requerido: PREFEITO(A) MUNICIPAL

Prezado(a) Prefeito(a),

Com minha visita, venho respeitosamente, por meio deste, requerer de V.Exa. providências cabíveis para contratação de empresa fornecedora, conforme resumo de especificação abaixo:

Especificação dos Produtos e/ou Serviços Pretendido:

Descrição do Objeto	Aquisição de Biodigestor de pequeno porte, por meio do instrumento de repasse Itaipu Itaipu Mais que Energia Nº 4125456/2023, voltados ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no município.
Valor Máximo Estimado:	R\$ 13.584,70 (treze mil quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos)
Condição de Pagamento:	O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos
Local de Entrega:	Rua Benjamin Constante Nº 985, - centro - São José das Palmeiras/PR
Prazo de Execução (contrato):	12 (doze) meses
Prazo Máximo de Entrega:	45 (quarenta e cinco) dias
Fonte de Origem dos Recursos:	Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional

Neste sentido, venho a presença de V.Exa. solicitar que seja autorizado abertura de Processo Licitatório correspondente, uma vez que o objeto da despesa se enquadra nas exigências da Lei Federal nº 14.133/21, especificamente na modalidade de contratação por pregão, nos termos do art. 29 da lei indicada.

Por fim, esclareço que apresento Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, cujas cópias seguem anexas.

Atenciosamente,

MIGUEL OLIVEIRA DE FARIA
SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Termo de Referência

DA: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

1 – OBJETO

Aquisição de Biodigestor de pequeno porte, por meio por meio do instrumento de repasse Itaipu Mais que Energia Nº 4125456/2023, voltados ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no município.

2 - JUSTIFICATIVA

A coleta seletiva de lixo é de extrema importância para a sociedade. Além de gerar renda para milhões de pessoas, também significa uma grande vantagem para o Meio Ambiente, uma vez que diminui a poluição dos solos e rios. Este tipo de coleta é de extrema importância para o desenvolvimento sustentável do planeta. A reciclagem dos resíduos domésticos apresenta, normalmente, um custo mais elevado do que os métodos convencionais. De qualquer forma, é importante notar que o objetivo da coleta seletiva não é gerar recursos, mas reduzir o volume de resíduos destinados inadequadamente, gerando ganhos ambientais.

A NBR 10.004/04 classifica os Resíduos Sólidos em diversas formas que se baseiam em A NBR 10.004/04 classifica os Resíduos Sólidos em diversas formas que se baseiam em determinadas características ou propriedades. A classificação é relevante para a escolha da estratégia de gerenciamento mais viável. Os Resíduos Sólidos podem ser classificados quanto à natureza física, a composição química, aos riscos potenciais ao meio ambiente e ainda quanto à origem.

A Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos: altera a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à Gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigos, as responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. No Paraná, a Lei Estadual nº. 12.493/99 estabelece que é responsabilidade das Prefeituras Municipais o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos provenientes de residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, bem como os de Limpeza Pública Urbana.

A coleta seletiva é essencial para a promoção da sustentabilidade e para a prevenção de doenças causadas pelo descarte inadequado de resíduos. Pensando nisso, a aquisição do equipamento aqui listado vem para somar como apoio à gestão dos resíduos no município, conforme detalhado a seguir, e cujas especificações constam dos anexos deste edital:

- Biodigestor de pequeno porte: para uso de educação ambiental de forma a divulgar práticas de reaproveitamento energético e para produção 'de adubo a partir de resíduos orgânicos;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

A aquisição prevista neste termo de referência do biodigestor de pequeno porte é essencial para o município, pois contribuirá para a diminuição dos custos com a má destinação de materiais orgânicos, redução da contaminação ambiental, aumento da limpeza urbana e no interior, além de promover a sustentabilidade e a saúde pública.

As aquisições se destinam a cumprir o previsto no instrumento de repasse Itaipu Mais que Energia Nº 4125456/2023, firmado entre o Município e a Itaipu Mais que Energia, bem como melhorar a gestão dos resíduos em São José das Palmeiras - PR.

A seguir, segue a planilha demonstrativa com os valores do convênio e a coparticipação do Município:

Produtos e equipamentos				PARTICIPAÇÃO %		PARTICIPAÇÃO R\$	
Produtos e equipamentos	QTD.	PROPOSTO CONVÊNIO R\$	TOTAL R\$	ITAIPU %	MUN. %	ITAIPU R\$	MUN. R\$
Biodigestor de pequeno porte	01	16.000,00		15.200,00	800,00		

Caso a melhor proposta seja de valor menor ao estipulado, o empenho deverá ser proporcional, respeitando as percentagens da planilha acima.

O biodigestor será instalado na Escola Municipal Regente Feijó tem por objetivo diminuir o envio dos resíduos para estação transbordo, ensinar métodos ambientais de transformações de resíduos em matéria prima (gás e adubo).

A Instalação desse biodigestor na escola será de suma importância, pois, os funcionários, alunos e professores compreendam na prática a importância de “compostagem” dos resíduos produzidos na cozinha da escola com a implantação de biodigestores que funcionam de modo anaeróbio (sem presença de oxigênio) e no seu processo de biodigestão dos resíduos orgânicos tem como produto final do biogás que voltará a ser utilizado na cozinha e o biofertilizante, que pode ser aproveitados na própria horta escolar. Os funcionários envolvidos no processo receberão então treinamento especializado para operacionalização do biodigestor. Todo o lixo orgânico oriundo dos restos de refeições será colocado no biodigestor.

Para instalação do biodigestor será necessário somente um espaço externo plano feito com concreto com as seguintes dimensões 480 x 220 cm que a Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente providenciará. Podendo ficar exposto ao sol e chuva, pois a estrutura do mesmo é toda isolada e vedada.

3 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS

Item	Qtde.	Unid.	Descrição do Material/Serviço	Preço Unitário	Preço Total
1	01	UNID	<p>Biodigestor de pequeno porte</p> <p>Especificações Mínimas: Dimensões: 400 x 180 x 150 cm (CxLxA)</p> <ul style="list-style-type: none">• Volume do sistema: 6,8 m³• Volume do tanque de gás: 2.500 L• Volume do tanque do biodigestor: 4.300 L• Peso equipamento cheio: 4.600 kg• Material: Lona de Polietileno com proteção UV• Entrada máxima de resíduos de cozinha/dia: 18L• Tempo de cozimento diário (queimador de chama única): até 5 horas. <p>O kit de instalação deve conter:</p> <ul style="list-style-type: none">• Um fogareiro de biogás com 2 bocas• Tubulação de gás externa (mínimo 10 metros) e tubulação de gás interna (mínimo 3 metros)• Filtro de gás• Uma pia de entrada com um êmbolo• Saída combinada de gás e fertilizante• Guia de montagem detalhado (impresso e arquivo digital)• Garantia: mínimo 1 ano <p>Recomendações e materiais para montagem do biodigestor:</p> <ul style="list-style-type: none">• Areia seca (0,15 m³)• Água (4,5 m³)• Ferramentas para montagem (chave de fenda, chave soquete, chave philips)• Área plana necessária: 2,7 x 5,2 metros, até 40m próximo ao fogão. <p>Incluindo instalação e entrega técnica.</p>	R\$ 13.584,70	R\$ 13.584,70

5 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

O acompanhamento da entrega dos serviços ficará (ão) a cargo dos servidores responsáveis conforme a Portaria nº 006/2024, e a fiscalização do contrato será exercida pelo servidor Sr. **Douglas de Alencar Colombelli**, e a secretaria deverá solicitar os materiais/serviços, emitindo mensalmente relatório da entrega dos serviços, podendo recusar-se a receber serviços cujo nível de qualidade não seja similar aos especificados no edital.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

6 – DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

A empresa deverá prestar o serviço a contar da data da requisição, sendo que o prazo de entrega é de 45 dias.

O contrato terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por prazo igual.

Local de instalação conforme imagem abaixo:

Biodigestor São José das Palmeiras – PR



Coordenadas: Lat. 24°50'4.30"S Long. 54° 3'36.64"O Escola Municipal Regente Feijó Educação Infantil – Ensino Fundamental. Localizada na Rua Franciso Ângelo, nº 985, São José das Palmeiras/PR – CEP: 85898-000.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

Impedir que terceiros executem o fornecimento deste objeto;

Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias e/ou serviços prestados, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

Solicitar a(s) mercadoria(s);

Verificação das quantidades da(s) mercadorias(s) e/ou serviços;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- É de responsabilidade da Empresa fornecedora a montagem do equipamento arcando com todas as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos, pessoal, ferramentas, máquinas e equipamentos (encanamento, tubulações, conexões e vedações do sistema), além de equipamentos de segurança e dispositivos para descarga e movimentação interna.
- A montagem, instalação e ativação do sistema operacional do biodigestor deverá acontecer no máximo 10 dias após a entrega do equipamento.
- A Empresa fornecedora do biodigestor deverá entregar os produtos com as especificações contidas nesse termo de referência.
- A empresa contratada deverá providenciar o “start-up” do equipamento, com o material orgânico específico para ativação do sistema, através de técnico habilitado (possuindo registro no CREA, CRQ ou CRBio).
- A empresa deverá dar assistência, por técnico habilitado (possuindo registro no CREA, CRQ ou CRBio), realizar visitas periódicas, sendo uma após 30 dias da instalação, outra após 60 dias da instalação e outra após 90 dias da instalação do equipamento.
- A cada visita, o técnico responsável deverá analisar o quantitativo da produção de biogás do sistema, a alimentação, análise do pH e orientar sobre a manutenção do sistema.
- Dar garantia dos equipamentos, não inferior a 12 (doze) meses contados a partir da entrega dos equipamentos para operação e garantia de 30 (trinta) dias referente à mão de obra.

8 – DO PAGAMENTO

O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) conforme repasse da Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO “ ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023, mediante a entrega do produto e com a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa

9 -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	853	05.001.12.361.0004.1025	1072	4.4.90.52.00.00	Do Exercício



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

10 – DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTO (S)/COTAÇÃO DE PREÇOS

Pelo presente declaro que o(s) preço (s) foram obtidos através das empresas Gaiatec Sistemas e BioMovement e no banco de preços passando integrar o presente Termo de Referência.

MIGUEL OLIVEIRA DE FARIA
SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 diligencias que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 05 de novembro de 2024.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MIGUEL OLIVEIRA DE FARIA
SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo do processo licitatório é a Aquisição de Biodigestor de pequeno porte, por meio do instrumento de repasse Itaipu Mais que Energia Nº 4125456/2023, voltados ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras – PR.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Departamento de Divisão Econômico Agropecuário e Meio Ambiente, solicita realizar processo licitatório para aquisição de um biodigestor de pequeno porte, para uso de educação ambiental de forma a divulgar práticas de reaproveitamento energético e para produção de “adubo” a partir de resíduos orgânicos.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	MIGUEL OLIVEIRA DE FARIA

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
- Dispor da quantidade suficiente de mercadoria solicitada para o fornecimento, o qual deverá sujeitar-se à condição de depositário da(s) mercadoria(s) adquirida(s) até que totalmente requisitada(s), sem que nenhum ônus seja debitado ao Município pelo armazenamento;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo;
- Entregar as mercadorias dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de Referência;
- Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;
- Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município de São José das Palmeiras – PR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de São José das Palmeiras – PR, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município de São José das Palmeiras – PR, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução;
- Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer mercadoria que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de São José das Palmeiras – PR ;
- Comunicar por escrito ao Município de São José das Palmeiras – PR qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- Entregar a(s) mercadorias(s), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município de São José das Palmeiras – PR.
- Garantir a qualidade da(s) mercadoria, obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e
- A Contratada obriga-se a entregar a Contratante, quando solicitado, análise da qualidade da(s) mercadoria(s) solicitada(s);
- É de responsabilidade da Empresa fornecedora a montagem do equipamento arcando com todas as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos, pessoal, ferramentas, máquinas e equipamentos (encanamento, tubulações, conexões e vedações do sistema), além de equipamentos de segurança e dispositivos para descarga e movimentação interna.
- A montagem, instalação e ativação do sistema operacional do biodigestor deverá acontecer no máximo 10 dias após a entrega do equipamento.
- A Empresa fornecedora do biodigestor deverá entregar os produtos com as especificações contidas nesse termo de referência.
- A empresa contratada deverá providenciar o “start-up” do equipamento, com o material orgânico específico para ativação do sistema, através de técnico habilitado (possuindo registro no CREA, CRQ ou CRBio).
- A empresa deverá dar assistência, por técnico habilitado (possuindo registro no CREA, CRQ ou CRBio), realizar visitas periódicas, sendo uma após 30



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

dias da instalação, outra após 60 dias da instalação e outra após 90 dias da instalação do equipamento.

- A cada visita, o técnico responsável deverá analisar o quantitativo da produção de biogás do sistema, a alimentação, análise do pH e orientar sobre a manutenção do sistema.
- Dar garantia dos equipamentos, não inferior a 12 (doze) meses contados a partir da entrega dos equipamentos para operação e garantia de 30 (trinta) dias referente à mão de obra.

. Durante o período de garantia a reposição de peças e mão de obra, originadas de ocorrência comprovadamente como garantia, deverá ser efetuada de forma gratuita, arcando a contratada com todos os custos inerentes, incluindo o traslado e alimentação de seus técnicos.

Os requisitos da contratação, ira ser por pregão eletrônico, sendo que a empresa apresentou a declaração e demais documentação necessários.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição é de grande necessidade para que o Município o biodigestor na escola será de suma importância, pois, os funcionários, alunos e professores compreendam na prática a importância de “compostagem” dos resíduos produzidos na cozinha da escola com a implantação de biodigestores que funcionam de modo anaeróbico (sem presença de oxigênio) e no seu processo de biodigestão dos resíduos orgânicos tem como produto final do biogás que voltará a ser utilizado na cozinha e o biofertilizante, que pode ser aproveitados na própria horta escolar.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor da contratação em R\$ 13.584,70 (treze mil quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos)

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

No presente caso a entrega não será parcelada, pois é composta por somente um equipamento.

8. DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

Objetivo da contratação:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

- Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos equipamentos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros.
- Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
- Os produtos estarão sujeitos à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência, no que se refere à quantidade, qualidade e perfeito funcionamento.
- No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Termo de Referência, o fornecedor deverá providenciar a substituição dos produtos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
- Se houver diferença entre as quantidades definidas em Contrato e as efetivamente entregues, o fornecedor deverá providenciar a complementação necessária no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, contados do recebimento da notificação.
- Os materiais serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos;
- As entregas deverão ser realizadas pelo fornecedor, sendo vedada a entrega por transportadoras sem que um representante do fornecedor se faça presente.
- A entrega dos itens deverá ser realizada na escola municipal Regente Feijó, localiza na Rua Francisco Ângelo N° 985, cidade de São José das Palmeiras, CEP 855898-000.
- Deverá a empresa realizar a instalação na escola municipal Regente Feijó, localiza na Rua Francisco Ângelo N° 985, bem como realizar treinamento de no mínimo de 4 (quatro) horas para o bom uso do equipamento, para no mínimo 5 funcionários.

9. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

No caso em tela, a necessidade está plenamente comprovada, haja vista a possibilidade prevista na norma legal e diante das razões expostas, a viabilidade da contratação.

10. RESPONSÁVEL

MIGUEL OLIVEIRA DE FARIA
SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 06 de novembro de 2024.

À

Comissão de Contratação

Município de São José das Palmeiras – Estado do Paraná

Senhores Membros,

Encaminho para providências necessárias para a aquisição de equipamento do tipo “ Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO “ ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023”, já com meu despacho, autorizando a contratação ficando condicionada suas discriminações ao cumprimento de todas as exigências e formalidades previstas na Lei 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 056/2023, de 24 de maio de 2023.

Atenciosamente,

NELTON BRUM
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 07 de novembro de 2024.

Ao
Setor Contábil e Financeiro

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER ORÇAMENTÁRIO e FINANCEIRO

Prezados Senhores,

Através do presente, nos termos do art. 29 da Lei n.º 14.133/21, solicitamos informações quanto a disponibilidade orçamentária e financeira, para aquisição de equipamento do tipo “ Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO “ ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023”, conforme termo de referência

Atenciosamente,

.....
CLAUDINEI FERREIRA

Pregoeiro



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

COMPROVAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO (artigo 150 da Lei 14.133/21)

Informamos que as despesas para aquisição de equipamento do tipo “ Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO “ ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023”. correrão a conta das dotações orçamentárias abaixo citadas do orçamento de 2024.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	853	05.001.12.361.0004.1025	1072	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Após a apreciação da solicitação referente a Contratação de empresa, informamos que **EXISTE** disponibilidade financeira para execução do objeto do presente processo à contratação.

Com votos de estima e consideração;

São José das Palmeiras, 07 de novembro de 2024.

APARECIDA CONCEIÇÃO SANT ANA RIBEIRO
SECRETÁRIA DE FINANÇAS



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

AUTORIZAÇÃO

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei n.º 14.133/21, AUTORIZO a abertura do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº. 080/2024**, como **Pregão Eletrônico Nº. 047/2024**, para aquisição de equipamento do tipo “ Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO “ ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023”.

Dê-se a publicação de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

São José das Palmeiras, 14 de novembro de 2024.

NELTON BRUN

Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

PARECER JURÍDICO

DA: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Pregão Eletrônico n.º 047/2024

A apreciação deste setor jurídico, processo para análise e aprovação, nos termos do Artigo 29 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo de Pregão Eletrônico, que objetiva a **aquisição de equipamento do tipo “ Biodigestor de pequeno porte”**, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – **CONVENIO “ ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023”**”, o que possibilita o certame na presente forma, conforme exposto pela Secretária de Finanças.

Ressalto que a dotação orçamentária é oriunda de Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional, o que possibilita o certame na presente forma, conforme exposto pela Secretária de Finanças.

Da análise da documentação apresentada denota-se a existência de elementos suficientes para deflagrar o processo com base no pregão eletrônico, razão pela qual se encontra o presente processo aprovado por este setor jurídico e em condições de ser autorizado por Vossa Excelência, se assim entender conveniente a Administração Pública.

São José das Palmeiras, 14 de novembro de 2024.

Herbert Correa Barros - OAB/PR 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DA: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Pregão Eletrônico nº 0/2024

Nos termos do art. 58 e seguintes do DECRETO MUNICIPAL Nº 056/2023 DATA: 24 DE maio de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, esta controladoria passa a se manifestar sobre o certame licitatório nos seguintes termos:

Exame:

Nos autos do procedimento licitatório realizado na modalidade PREGAO ELETRONICO, para a aquisição de equipamento do tipo “ Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO “ ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023”

CONCLUSÃO:

Vislumbrado o exame e verificado a legalidade do processo, a Controladoria é FAVORÁVEL ao mesmo. Encaminhe-se o referido parecer a Comissão de Contratação para que sejam tomadas as devidas providências.
É o parecer da Unidade de Controle Interno.

São José das Palmeiras, 14 de novembro de 2024.

MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI

Assessora de Controle Interno